



## GT 009. Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social

Fernanda Cruz Rifiotis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Coordenador/a, Clarice Cohn (UFESCar) - Coordenador/a, Emilene Leite de Sousa (UFMA) - Debatedor/a, Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - Debatedor/a

O objetivo do GT é reunir trabalhos que tenham como foco os modos pelos quais as crianças se constroem enquanto sujeitos, a fim de mapear e problematizar os desafios teóricos e metodológicos no campo da Antropologia da Criança. Como forma de dar continuidade aos GTs realizados em outras RBAs, interessa-nos trazer para o primeiro plano das reflexões, o potencial das crianças para revelarem o que nem sempre é objeto de atenção em estudos focados exclusivamente nos adultos. Gostaríamos de receber trabalhos sobre infâncias diferenciadas (crianças urbanas, camponesas, quilombolas, indígenas, de populações tradicionais, em situação de institucionalização, entre outras) que suscitem questões de gênero, raça e direitos específicos. Considerando o tema da 31ª RBA, destacamos a importância de pensar sobre os direitos e a proteção desses sujeitos, assim como também sobre os sujeitos desses direitos e seu protagonismo social. A proposta do GT é congrega pesquisas etnográficas recentes que suscitem discussões teóricas, metodológicas e éticas em diferentes contextos nacionais e internacionais abrangendo: estudos que pensem as experiências de construção das crianças enquanto sujeitos, que empreendam análises das tecnologias de governo voltadas às crianças, que exercitem reflexões metodológicas sobre a pesquisa com crianças e discutam as noções sociais de infância e que coloquem em perspectiva a questão da proteção e dos direitos desses sujeitos e seu protagonismo social.

### **A promessa da infância protegida: uma etnografia das práticas de documentação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança na região metropolitana de Maringá**

**Autoria:** Lucilene Cristina Calza, Fagner Carniel

O texto apresenta reflexões etnográficas a respeito das maneiras pelas quais documentos oficiais inscrevem subjetividades, trajetórias, moralidades e expectativas que traduzem as experiências de crianças em condição de vulnerabilidade social para uma linguagem estatal especializada. Protocolados entre os anos de 2017 e de 2018 em uma Promotoria de Justiça de Proteção à Infância da região metropolitana de Maringá, no Paraná, os documentos analisados reúnem aspectos de um "fazer estatal" que sobrepõe narrativas tão diversas quanto a que pessoas demandantes constroem a partir dos eventos que vivenciam e a que os funcionários e as funcionárias públicas reformulam por meio da ideia universalista de que certas "infâncias diferenciadas" dependeriam da intervenção estatal para assegurar seus direitos. Assim, ao mergulhar no cotidiano das relações institucionais, procuro descrever práticas de documentação estatal que se organizam em torno de tecnologias de governo formalistas. Com elas, a promessa de proteger a infância transfigura-se, por vezes, na proteção simbólica das próprias instituições envolvidas no processo de significação "moral" da infância.

[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

